

Em 1978, em *O escravismo colonial*, Jacob Gorender apresentou as leis tendenciais do modo de produção escravista colonial a partir da crítica categorial-sistemática da formação social escravista brasileira, pondo fim à dicotomia feudalismo-capitalismo.

A concomitante retomada das lutas sociais no Brasil abriu espaço para a forte repercussão nas ciências sociais daquela obra. A flexão do movimento social e a posterior vitória da contra-revolução mundial deu-se no contexto de ofensiva objetiva e subjetiva contra o mundo do trabalho. No mundo acadêmico, empreendeu-se ataque sistemático àquela interpretação que teve como ponto nodal o debate sobre a *brecha camponesa*.

O Escravismo Colonial

A Revolução Copernicana de Jacob Gorender

Mário Maestri

Jacob Gorender nasceu em 20 de janeiro de 1923, em Salvador, onde viveu sua infância nos cortiços habitados pela comunidade pobre daquela cidade. Seu pai, Nathan Gorender, judeu ucraniano socialista e anti-sionista, emigrou após as jornadas revolucionárias de 1905 para a Argentina, onde viveu por cinco anos. A seguir, talvez atraído pela pequena comunidade judaica de Salvador, partiu para a Bahia, onde viveu e trabalhou humildemente como vendedor a prestação.

Após concluir os estudos primários na Escola Israelita Brasileira Jacob Dinenzon, de 1933 a 1940, Jacob Gorender prosseguiu os estudos ginásiais e o preparatório no Ginásio da Bahia, escola pública de grande prestígio, frequentada habitualmente pelos filhos da elite baiana.

Em 1941, matriculou-se na Faculdade de Direito daquela cidade, onde se manteve até 1943. Militante da União de Estudantes da Bahia, em início de 1942, foi cooptado para pequena célula universitária comunista fundada por Márcio Alves e Ariston Andrade, que secundavam no meio estudantil a rearticulação do PCB na Bahia empreendida por Giocondo Dias.

Agradecemos a leitura e crítica da linguista Florence Carboni, do jornalista Duarte Pereira, do historiador Théo Lobarinhas Pinheiro e o apóio documental do dr. Antônio Ozai da Silva.

Mário Maestri, 56, é doutor em história pela UCL, Bélgica, e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, RS. maestri@via-rs.net

mente pouca visibilidade e seja normalmente desconsiderada pela historiografia, foi relevante e efetiva, cumprindo importantes funções na conspiração golpista.

mada para a derrubada do governo Goulart e imposição de uma nova ordem ditatorial, contando com ramificações na sociedade civil, envolvimento de grupos políticos diversos e conspiradores militares, além do apoio financeiro, político e diplomático estadunidense.

Embora tal intervenção tenha tido relativa-

BIBLIOGRAFIA CITADA

- DREIFUSS, René Armand. 1964. A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FLACH, Ângela. "Os vanguardistas do anticomunismo": o PRP e os perrepsistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2003.
- GASPARI, Elói. *A ditadura emvergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRAMSCI, Antonio O povo dos maucos (2.1.1921). In: *Escritos Políticos*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais*. In: ZENTENO, Raul Benítez. *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5 ed Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 123-141.
- Fontes Impresas**
- CALIL, Gilberto, CARDOSO, Cláudia & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Arthur Bacchini*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1999.
- CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1998.
- CALIL, Gilberto, SILVA, Cátia e BATISTA, Neusa. *Depoimento de Dolny Tarasconi*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000.
- PIRES, Antonio. *Pelo PRP na política gacha: Depoimento para o CDAIBPRP*. Porto Alegre: mimeo, 1997.
- SALGADO, Plínio. *Despedida do Prolamento*. Discurso proferido na sessão de 3.12.74 pelo Deputado Plínio Salgado. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 1975.
- SALGADO, Plínio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

Os jovens estudantes comunistas participaram ativamente da mobilização pela entrada do Brasil na II Guerra, que cresceu fortemente com os torpedamentos de navios brasileiros. Seis décadas após os fatos, Gorenader lembra a emoção despertada pelos cadáveres de passageiros que chegavam às costas baianas. Nesses anos, trabalhou como repórter nos jornais **O Imparcial** e **O Estado da Bahia**.⁽²⁾

Em 1943, Gorenader, Aríston Andrade e Mário Alves arrolaram-se na FEB, em resposta ao desa-

lio lançado pelo general Demerval Peixoto, comandante da VI Região Militar, aos estudantes que exigiam nas ruas a declaração de guerra. Mário Alves foi, porém, reprovado no exame médico. Na viagem para o Sul, Gorenader conheceu a bordo de pequeno navio transporte a desocupação acintosa dos oficiais com os praças, obrigados literalmente a alimentar-se com carne crua, motivo de uma quase revolta em alto mar, que Gorenader contornou ao interceder junto aos oficiais pela melhoria no tratamento alimentar.

Partindo para o front

Com 21 anos, em Pindamonhangaba e no Rio de Janeiro, Gorenader recebeu treinamento militar como membro do corpo de comunicações, partindo a seguir para o porto de Nápoles, no sul da Itália, onde chegou em setembro de 1944. No fronte de batalha, participou dos ataques ao Monte Castelo e a Montese, no outono-inverno de 1944, acompanhando a ofensiva aliada até o fim da guerra.

Gorenader lembra que, durante a campanha, não raro, era acordado, com seus companheiros, à noite, sob o frio invernal, para empreender operações na chamada *terra de ninguém*, entendendo ou remendando cabos de comunicação partidos. Estacionado em Pistóia, frequentou a sede do Partido Comunista Italiano, presenciando discurso de Palmiro Togliatti, secretário-geral do PCI e homem de confiança de Josef Stalin na Itália. De volta ao Brasil, na Bahia, retomou o curso universitário, que abandonou muito logo para militar profissionalmente no PCB, legalizado em 1945. Em fins de 1946, já no Rio de Janeiro, Gorenader ingressou na redação do semanário comunista **A Classe Operária** e

Nova Política

Em novembro de 1954, Gorenader foi eleito membro suplente do comitê central, no IV Congresso do PCB, realizado em São Paulo, que reafirmou o caráter do Brasil como "país

2 — Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. *Moras sobre Jacob Gorenader: o engajamento intelectual SEMINÁRIOS*, No. 2, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, maio 2003; MAESTRI, Mário. *Da Europa, o olhar crítico sobre o Brasil*. Entrevista em 7/12/2003, na residência de J. Gorenader, em São Paulo. 3 — Cf. MAESTRI. Entrevista citada.

ções de outubro de 1955 a aliança PDS-PTB que apresentou Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência e vice-presidência [1956-61].

Em 1955, Gorenader integrou a segunda turma brasileira a cursar a escola superior de formação de quadros do PCURS, em Puschkino, na antiga sede da Internationa Comunista, a uns trinta quilômetros de Moscou. Apesar do seu baixo nível teórico e cultural, o curso permitiria-lhe dominar o russo e, mais tarde, traduzir ao português alguns clássicos do marxismo stalinista. Durante a escola, iniciou seu relacionamento com a companheira de toda a sua vida, uma das dez comunistas que seguiam a escola. Idealina da Silva Fernandes era filha do operário electricista Hermogênio da Silva Fernandes, um dos fundadores do PCB, em 1922.

Em Moscou, os comunistas brasileiros foram notificados parcialmente do relatório de Kruschev sobre Stálin, em 1956, que Gorenader pode ler, na sua totalidade, em edição reservada aos funcionários do PCURS. As revelações de Kruschev lançaram o movimento comunista na confusão e apressaram o retorno dos brasileiros de Moscou, em meados de 1957.⁽⁴⁾

Burguesia progressista

A nova política estava sendo aplicada desde o apoio do PCB à candidatura Juscelino Kubitschek. Apoio que, segundo Gorenader, teria tido importância talvez decisiva na eleição de JK, devido aos quinhentos mil votos decisivos advindos do PCB. A nova guinada levou à saída de Maurício Grabois e João Amador da Comissão Executiva e ao ingresso na mesma de Giocondo Dias e Mário Alves.

Em setembro de 1960, no V Congresso, realizado em Cinelândia, no Rio de Janeiro, em semi-legalidade, Jacob Gorenader, com 37 anos, foi eleito membro pleno do Comitê Central do PCB e Mário Alves e Carlos Marighella, designados para sua Comissão Executiva. O encontro aprofundou a política de apoio à "burguesia nacional": "As tarefas fundamentais [...] são

De volta ao Brasil, no Rio de Janeiro, dirigiu a **Imprensa Popular** e, a seguir, o semanário **Voz Operária**, onde haviam sido abertas colunas de debates sobre a situação do PCB, algo inusitado até então. Em 1958, com a aprovação de Prestes, Giocondo Dias reuniu pequeno grupo de dirigentes — Alberto Passos Guimarães, Mário Alves, Armênto Guedes, Jacob Gorenader — para redigir documento substitutivo à orientação oficial, à margem do Comitê Central, onde tinham força stalinistas como João Amazonas, Dipognes Arruda, Pedro Pedro Pomar e Maurício Grabois.

Publicado na **Imprensa Popular** e a seguir como livreto, o documento conhecido como a "Declaração de Março" materializou a definição substituição da política esquerdista que regia o partido após sua ilegalização por proposta de direita, de aliança com a *burguesia nacional e progressista*. Por primeira vez, propunha-se a possibilidade da conquista pacífica do poder, materialização no Brasil da nova orientação mundial da burocracia soviética de coexistência pacífica. O caráter da revolução brasileira, dizia o documento, era ant imperialista e antifeudal, nacional e democrático.

a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada [...] o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares."⁽⁵⁾

Com a renúncia de Jânio e a posse de João Goulart [1961-64], aprofundou-se radicalmente o atrilamento da direção do PCB, comandada por Prestes, à política populista e à proposta de modificação da Constituição, para a realização de Jango, em um momento em que se precipitava a crise política e social. Ao contrário do ocorrido durante o governo JK, era direto e frequente o contato da direção política do PCB, em geral, e de Prestes, em particular, com João Goulart e com seu governo. Nesse contexto, fortaleceu-se no PCB setor defendendo o mai-

4 — Cf. TOLEDO, Ob. cit.
5 — Cf. MAESTRI. Entrevista citada.
6 — DIAS, Giocondo. *A vida de um revolucionário: meio século de história política no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993, p. 190.
7 — DIAS, Ob. cit. p. 210.

or aprofundamento da luta social e autonomia diante do bloco social dominante no governo.

Em 1962, na IV Conferência, Marighella, Mário Alves e Jover Telles, da Comissão Executiva, criticam os "desvios de direita" da direção, propondo a "substituição do [...] governo por outro nacionalista e democrático, do qual estivessem excluídos os elementos conciliadores".⁽⁸⁾

Em 1959-61, a vitória da revolução cubana galvanizara a esquerda revolucionária latino-

Virada à esquerda

Nesses anos, o PCB era a única organização de esquerda com reais raízes no movimento social. Num sentido sociológico geral, no contexto e nos limites da cultura política stalinista, sua *fixação* de esquerda sofria a influência dos segmentos classistas da classe trabalhadora em contradição com a política de colaboração de classes da direção do PCB.

Em janeiro de 1958, Jacob Gorender publicara os ensaios "Correntes sociológicas no Brasil", na revista ESTUDOS SOCIAIS; em janeiro de 1960, "A questão Hegel", na mesma revista e, em janeiro de 1963, "Contradições do desenvolvimento econômico no Brasil", na Revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO.⁽⁹⁾

Em 1961, traduziu, com Mário Alves, o *Manual de economia política*, da Academia de Ciências da URSS e, no ano seguinte, *Fundamentos do marxismo-leninismo*, obra coletiva de stalinistas soviéticos, ambos publicados pela Editora Vitória, do PCB.⁽¹⁰⁾

Em 1964, a grande desmoralização da direção do PCB, devido à vitória do golpe militar, em 1 de abril, sem resistência, fortaleceu a ope-

Renovação revolucionária

Em abril de 1968, no Rio de Janeiro, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário -

americana com sua proposta de conquista imediata do poder através da formação do foco guerrilheiro.⁽¹¹⁾ No mesmo ano, a modificação da designação de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro [PCB], com o objetivo de facilitar a legalização do Partido, ensejou que João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois comandassem fracionamento do partido e fundação do Partido Comunista do Brasil.

sição *de esquerda* do PCB, na qual participavam Apolônio de Carvalho, Carlos Marighella, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Manuel Jover Telles, Mário Alves, Miguel Batista dos Santos, entre outros. Porém, em 1965-6, a disputa pelo controle da direção do partido seria vencida pelo grupo prestista.⁽¹²⁾

A oposição de esquerda foi expulsa do PCB, sem nem mesmo poder defender suas posições no VI Congresso, em dezembro de 1967. A direção comunista tomara a "decisão de proibir a participação dos delegados e suplentes da oposição: Carlos Marighella, Mário Alves, Manoel Jover Telles, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Miguel Batista dos Santos."⁽¹³⁾

A política recessiva implementada pelo governo Castelo Branco, em respeito às exigências do grande capital financeiro, ensejou forte reação e rearticulação popular, sobretudo a partir de 1967, aprofundando a crise e o fracassamento do PCB em organizações, em geral influenciadas pela vitória da Revolução Cubana e pela revolução vietnamita.

PCBR - foi fundado, sob a direção de Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e outros

8 - Id. ib., p. 221.

9 - Cf. Debret, Regis. *Révolution dans la révolution? Lutte armée et lutte politique en Amérique Latine*. Paris: François Maspero, 1967.

10 - Cf. GORENDER, Jacob. *Correntes sociológicas no Brasil*. ESTUDOS SOCIAIS, n. 3-4, Rio de Janeiro, 1958; "A questão Hegel". ESTUDOS SOCIAIS, n. 8, Rio de Janeiro, 1960; *Contradições do desenvolvimento econômico no Brasil*. PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO, n. 2, Rio de Janeiro, 1963.

11 - Cf. FERREIRA, Duarte. *Marxismo sem classe operária*. Princípios, n. 56, São Paulo, fevereiro/abril de 2000, pp. 12-21.

12 - Cf. FERREIRA, Duarte. *Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)*. www.torturanuncamais.org.br/ntm/mor_desaparecidos/mor_mario_vieira.htm.

13 - Cf. DIAS. Ob. cit. p. 268.

comunistas de esquerda. A nova organização propunha "renovação" revolucionária do antigo PCB, como sugeria o nome que assumia.⁽¹⁴⁾

Marighella e Câmara Ferreira, ao contrário, haviam fundado a ALN, grupo guerrilheiro que se afastava de qualquer versão político-partidária leninista e marxista. Diversos comunistas abandonaram o PCB para ingressar no PC do B, ou para fundar e participar em outras organizações militantes - VPR, Var Palmares, MR8, POC, etc.

O PCB constituiu organização *híbrida*, com alguma força no Rio de Janeiro, no Paraná, no Espírito Santo e no Nordeste. No plano político, rejeitava a aliança com a burguesia, mas negava a luta direta pelo socialismo. No plano tático-organizacional, defendia a luta social e sindical, que fora desprestigiada pela derrota da esquerda diante dos militares em 1964, associada à luta armada no campo, fortemente prestigiada pela recente vitória cubana, em 1959-61, e pela luta vietnamita, então em curso.

Fora da linha

Jacob Gorender divergira da orientação guerrilheira, apoiada por Mário Alves, mantendo-se à margem das ações armadas, apontando a "hermografia" em que vivia a esquerda armada, envolvida no ciclo vicioso ações armadas-queda que lhe esgotava as forças e os quadros. Já então, Gorender dedicava-se à investigação sobre o caráter da formação social brasileira e da revolução brasileira.⁽¹⁵⁾

Na prisão, Gorender apresentou, sob forma de curso, primeiro plano de sua interpretação da formação social brasileira que defendia a transição da sociedade brasileira, do escravismo ao capita-

O caráter *híbrido* do PCB contribuiu para que fosse rapidamente destruído, já que manteve a organização anterior, necessária à intervenção no movimento de massas, sem assumir estrutura organizacional rigidamente estanque dos grupos militantes, imprescindível para resistir por maior tempo aos ataques policiais. Em 12 de janeiro de 1970, iniciaram-se as quedas que desorganizaram a direção histórica do PCB. Mário Alves, secretário-geral do PCB, *caiu* no Rio de Janeiro, sendo executado, após torturas inomináveis.

No dia 20, em São Paulo, depois de seis anos na clandestinidade, Jacob Gorender era preso e igualmente torturado. Na ofensiva policial foram detidos Apolônio de Carvalho e outros dirigentes da "velha guarda", ensejando que a nova direção aprofundasse a via militarista definida na fundação do grupo. Em abril de 1969, o PCB iniciara operações de "propaganda armada urbana", sob a pressão de militância que deixava a organização por grupos militantes mais ativos.

lismo, sem passagem pelo feudalismo. Essa interpretação, se correta, determinava a necessidade da luta direta pelo socialismo, descartando consequentemente a etapa antifeudal, apoiada na burguesia progressista, defendida pela Declaração de Março, de 1958, que o próprio Gorender ajudara a produzir. Em outubro de 1971, Jacob Gorender concluiu os dois anos de encarceramento a que fora condenado. Fora da prisão, já mais voltou à militância revolucionária orgânica, tendo se inscrito tardiamente no PT, em meados dos anos 1990, sem participar ativamente da sua vida interna ou de alguma de suas tendências.⁽¹⁶⁾

A redação de O escravismo colonial - Uma Revolução Copernicana

econômico de alguns amigos, entre eles José Adolfo Granville e Jacques Breyton, francês e ex-resistente, dedicou-se plenamente à redação de *O escravismo colonial*, que completou dois anos mais tarde, em 1976, ainda em plena dita-

14 - CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 200.

15 - Id. ib. 203.

16 - GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. Ver., ampliada e atualizada, São Paulo: Ática, 1998, pp. 201 et seq.; FERREIRA, Ob. cit.

dura militar [1964-85].⁽¹⁷⁾ Em 1978, depois de demorado exame, *O escravismo colonial* era lançado pela Editora Ática, de São Paulo.

Para surpresa do autor e dos editores, tamanho foi o sucesso da volumosa obra no mundo acadêmico que a edição esgotou-se rapidamente após o lançamento, ensejando uma segunda edição ainda no mesmo ano. A tese com cerca de seiscentas páginas efetuava revolução copernicana nas ciências sociais brasileiras. Efectivamente, ao apresentar exaustivamente a defesa do caráter escravista colonial do passado brasileiro, superava a falsa polémica *passado feudal-passado capitalista* que dividira por décadas as ciências sociais e a esquerda brasileira. Alguns dos mais áspetros debates político-ideológicos no

Diplomacia soviética

Essa leitura não constituía erro ou desvio de aplicação de método marxista. Era orientação política da burocracia soviética que impulsionava a pacificação do movimento social dos países do *Terceiro Mundo*, submetendo-o às *burguesias nacionais* e às necessidades conjunturais da diplomacia do Estado soviético.

Expressava e apoiava-se também em segmentos sociais proprietários, das classes médias, da burocracia sindical e da elite operária interessados nessa colaboração. A definição do caráter colonial, semi-colonial, feudal e semi-feudal das nações de capitalismo atrasado justificava a política de aliança e de submissão programática dos trabalhadores as suas burguesias nacionais, em frente antiimperialista e anti-latifundiária que excluía a luta anti-capitalista.

Apenas vencida a etapa democrática da revolução, seria empreendida, algum dia, agora sob a direção operária, a luta pela superação do capitalismo. No Brasil, para corroborar essa visão, a intelectualidade organizadora comunista interpretou a luta social no passado brasileiro a partir do confronto entre o camponês pobre sem terra e o latifundiário semi-feudal.

Brasil haviam se centrado sobre essa questão.

A origem do impasse teórico era antiga e tinha raízes complexas. A hegemonia stalinista sobre o marxismo e o movimento operário ensejara que as sociedades extra-européias fossem *necessariamente* enquadradas em um dos *estágios* da linha interpretativa marxiana do desenvolvimento europeu - comunismo primitivo-escravismo clássico-feudalismo-capitalismo-socialismo. Em 1928, quando do VI Congresso da Internacional Comunista, esse procedimento teórico dogmático transformou-se em política oficial para o mundo colonial e semicolonial, sendo implementada no Brasil e na América Latina pelo Bureau Sul-Americano da IC, sediado em Montevideu.⁽¹⁸⁾

O intelectual e militante comunista Alberto Passos Guimarães criou arbitrariamente uma sociedade camponesa desde o início da colonização, *formatado* literalmente do passado e a história nacionais às necessidades dessa interpretação. Em seu livro *Quatro séculos de latifúndio*, de grande repercussão, o pensador comunista propunha: "Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer parte do mundo."⁽¹⁹⁾ Entretanto, no Brasil, por séculos, dominava a produção escravista colonial e a quase inexistência de um *campesinato* propriamente dito.⁽²⁰⁾

Em 1º de abril de 1964, a política de aliança antiimperialista e anti-latifundiária mostrou sua inconseqüência objetiva quando, sem qualquer prurido, a *burguesia nacional, democrática e progressista* integrou a vanguarda social do movimento militar que impôs seus interesses estratégicos de super-exploração e destruição de conquistas históricas do mundo do trabalho, em associação com o imperialismo, com o capital financeiro e com o latifúndio.

Esquerda marxista

Grupos marxistas revolucionários frágeis - Organização Revolucionária Marxista-Operária, pequenos grupos trotskistas, etc. - em oposição ao projeto nacional-desenvolvimentista burguês, propunham programa socialista para a revolução brasileira. Porém, deduziam a correta caracterização capitalista do Brasil da constatação sumária de determinações gerais da ordem mundial e da sociedade brasileira. Evacuava-se a questão do caráter da antiga formação social com definição sumária do domínio de relações capitalistas desde a Colômbia.⁽²¹⁾ Em "Programa Socialista para o Brasil", de 1967, a OMR-POLOP deduziu o caráter socialista da revolução no Brasil da situação mundial da luta de classes, pautada pela contradição entre o capital imperialista e a revolução socialista, que definia em fase sua conclusiva. "Vivemos na época do confronto final entre o velho regime capitalista e as forças que lutam pelo socialismo [...]"⁽²²⁾

Mesmo nos "países subdesenvolvidos", "parte do mercado capitalista mundial", "onde não"

estava "suficientemente amadurecida a contra-dição" capital-trabalho, impunha-se a luta socialista, devido à contradição maior e estarem essas regiões impossibilitadas "de repetir o processo de desenvolvimento trilhado pelas nações capitalistas avançadas". Portanto, pouca importância tinham as "diferenciações sensíveis" existentes entre nações americanas que "passaram por fases de industrialização, possuindo um proletariado desenvolvido" e os "países que continuam a viver praticamente da monocultura de produtos tropicais". A dominação imperialista, *o geral*, determinava para qualquer nação, *o particular*, a luta anti-capitalista direta.

O Brasil era definido como "país capitalista industrial", de "desenvolvimento, bloqueado", "em processo de integração com o sistema imperialista", com contradições com a "exploração latifundiária do campo", às quais se havia "acomodado", já que o latifúndio "nada" tinha de "feudal", já que "desde o período colonial" fornecia basicamente "artigos para o mercado", a fim de obter "lucro".

Passado capitalista

O corte integracionista⁽²³⁾ da análise das OMR-PO não deixava espaço para reflexões sobre a formação social brasileira, no passado e, portanto, suas tendências dominantes no presente. No documento há referências à "herança colonial" e registro que, "pelo menos a partir de 1930", a burguesia não era mais "classificada de poder". Era muito sumária a abordagem do golpe de 1964, "decorrência necessária da crise do regime burguês-latifundiário", certamente porque a luta socialista e armada independia deste e de outros sucessos contingentes.

Nesses anos, para a quase totalidade dos militantes revolucionários, a história do Brasil

iniciava praticamente com a *Revolução* de 1930, já que apenas então se podia constatar intervenção *nacional*, ainda que frágil, da classe operária do Brasil. Evacuavam-se os períodos coloniais, imperial e a República Velha como questões teóricas, solucionando-se assim a impossibilidade de análise daqueles séculos com categorias próprias à produção capitalista.

Em contexto de grande pragmatismo, empirismo e propagandismo, militantes das organizações brasileiras com programa socialista ou de libertação nacional, em geral muito jovens, estudavam e discutiam com dedicação as experiências soviética, cubana, chinesa, vietnamita, argelina etc., despreocupados com a história e a

21 — Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966; FRANK, A. G. *Capitalismo e o mito do feudalismo no Brasil*. Revista Brasiliense, n. 51, São Paulo, 1964.

22 — REIS FILHO, D. A. S. A. J. F. de. [Org.] *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 89-117.

23 — "Lógica do integracionismo: A operação se efetua segundo o axioma de que as relações de dominação são sempre relações de integração identificadora: o termo subordinado integra-se no termo dominante e, desde logo, tem a mesma identidade substantiva dele." GÖRENDER, J. *O escravismo colonial*, 4ª ed., Rev. E. Ampl. São Paulo: Ática, 1985, p. 307.

17 — GÖRENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

18 — LAPA, José Roberto do Amaral [Org.] *Mundos de Produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 11.

19 — Cf. GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, sd. p. 110.

20 — Cf. MAESTRI, Mário. *A aldeia ausente: índios, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro*.

realidade brasileiras. Boa parte dessa militância permaneceu à margem da discussão que se estabeleceu, em 1978, em torno de *O escravismo colonial*, inconsciente do sentido e das decorrências profundas daquele trabalho.

Em *O escravismo colonial*, Jacob Gorender su-perava a tradicional apresentação cronológica de cunho historicista do passado do Brasil para definir em forma categorial-sistemática sua estrutura escravista colonial. Ou seja, empreendia estudo "estrutural" daquela realidade, para penetrar "as aparências fenomenais e revelar"

Contradições interna

Por primeira vez, empreendia-se em forma sistemática a interpretação do passado pré-Abolição a partir de suas contradições fundamentais, a oposição entre o trabalhador escravizado e o escravizador. Até então, as mais elaboradas interpretações da antiga formação social brasileira apontavam como demérgos sociais o senhor-de-engenho - na leitura de Gilberto Freyre, de 1933⁽²⁴⁾ - e o empresário *capitalista* do café, do oeste paulista. Essa última interpretação, da Escola Paulista de Sociologia, de 1950-60, propunha o despotismo da escravidão, uma forma de "capitalismo incompleto" e a impotência histórica do trabalhador escravizado.⁽²⁵⁾

Fernando Henrique Cardoso sintetiza a visão da impotência social servil: "A liberdade desejada e impossível apresentava-se, pois, como mera necessidade subjetiva de afirmação, que não encontrava condições para realizar-se concretamente. [...] houve fugas, manumissões e reações [...] A liberdade assim conseguida ou outorgada não implicava em nenhum momento, porém, modificações na estrutura básica que definia as relações entre senhores e escravos [...]".⁽²⁶⁾ Ou seja, ao me-

sua "estrutura essencial". Isto é, seus elementos e conexões internos e o movimento de suas contradições.⁽²⁴⁾

Aplicar criativamente o método marxista ao passado brasileiro, o autor demarcava igualmente a necessidade de investigação exaustiva que realizasse a exegese de seu caráter singular e, portanto, dos ritmos objetivos de seu desenvolvimento, a partir das suas contradições objetivas internas. Propunha, assim, superação epistemológica radical da interpretação da formação social brasileira.

nos na escravidão e no Brasil, a história não fora produto da luta de classes.

Um dos pontos altos da interpretação de Gorender era a apresentação do trabalhador escravizado como "agente subjetivo do processo de trabalho", e não como "máquinas" ou "outro bem de capital", ao igual do formulado por autores com Caio Prado Júnior, Werneck Sodré, Fernando Henrique Cardoso e Ciro Flamarión. Porém, esse último autor, ao contrário dos analistas anteriores, propôs em forma clara a dominância no Brasil de modo de produção escravista colonial e já mais desconsiderou o caráter subjetivo do agir servil.⁽²⁵⁾

O caminho para a interpretação radical e sistêmica do passado brasileiro de Gorender não se dera em espaço vazio. Ele fora aberto por movimentos teóricos em desenvolvimento no plano nacional e internacional, anteriores e contemporâneos àquela investigação.

No Brasil, interpretações historicistas ou sistêmicas sumárias defendiam a existência de *sistema escravista* e a oposição entre o senhor e o cativo como a contradição fundamental pré-Abolição, com destaque para os trabalhos

24 — GORENDER, Jacob. "O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica". LAPA, José Roberto do Amaral [Org.] "Modos de produção e realidade brasileira". Petrópolis: Vozes, 1980, p. 45.

25 — Cf. FREYRE, Gilberto. "Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal". 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, 2 v.

26 — Cf. FERNANDES, Florestan. "Mudanças sociais no Brasil". São Paulo: Difel, 1960. "A integração do negro na sociedade de classes". 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978; JANNI, Octávio. "As metamorfoses do escravo". São Paulo: Difel, 1962; CARDOSO, F.H. "Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul". São Paulo: Difel, 1962.

27 — Cf. CARDOSO, F.H. Ob.cit. p. 140-2.

28 — Cf. GORENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". ESTUDOS ECONÔMICOS. Instituto de Pesquisas Econômicas, IPE, São Paulo, 13(11), jan.-abril 1983, p. 16.

de Bejamin Péret, de 1956⁽²⁹⁾, de Clóvis Moura⁽³⁰⁾, de 1959, J. Stanley Stein⁽³¹⁾, de 1961, de Emília Viotti da Costa, de 1966⁽³²⁾, de Décio Freitas, de 1973.⁽³³⁾

No cenário internacional, desenvolveu papel essencial na interpretação de Gorender o renascimento da discussão sobre a pluralidade de modos de produção das formações sociais não europeias, ensejado pelo enfraquecimento da hegemonia mundial do stalinismo,

Economia política da escravidão

Em sentido mais específico, no contexto da discussão das razões da guerra de Secessão, Eugene D. Genovese apresentou estudo sobre o escravismo no sul dos USA onde defendeu a análise dessa realidade social a partir de suas dinâmicas, estruturas e contradições internas.⁽³⁴⁾

Nesse trabalho germinal, Genovese apontou a existência no sul dos USA de sistema social escravista que subordinava as outras formas de trabalho, destacando seu caráter *necessariamente* colonial. Com pertinência, ressaltou a importância de definir como capitalista qualquer sociedade dominada por relações mercantis. Essas propostas foram ampliadas e aprofundadas em *O escravismo colonial*.

O historiador estadunidense jamais propôs a existência de modo de produção escravista colonial no sul dos USA e vacilou entre interpretação materialista e idealista da realidade. No momento em que defendia que o mundo escravista possuía sua lógica, moral e ideolo-

permitida pela forte retomada da revolução mundial. Essa discussão centrou-se inicialmente na proposta de Marx e Engels de "modo de produção asiático", com exploração classista e sem apropriação privada dos meios de produção.⁽³⁵⁾

Quando do lançamento de *O escravismo colonial*, havia muito que se consolidara no Brasil a discussão sobre a diversidade de modos de produção na história e na América Latina.⁽³⁶⁾

gia próprias, deduzia mais de uma vez a dinâmica essencial dessa sociedade da visão *aristocrática* dos escravizadores.

Na introdução de seu magistral trabalho, Eugene D. Genovese propunha: "Tenho consciência que, em fim de contas, os verdadeiros problemas são de ordem ideológica e psicológica. Não se morre por nenhum interesse material, supõe-se que algum o mereça, o que não é evidente."⁽³⁷⁾

A seguir, o historiador abandonaria grande parte das propostas revolucionárias que enunciara em *Economia política da escravidão*. Porém, elas foram retomadas ou estavam sendo desenvolvidas por outros estudiosos, com destaque para o historiador Ciro Flamarión Cardoso, já citado, que publicou em 1973 dois artigos germinais sobre as formações sociais escravistas americanas, escritos no contexto do desenvolvimento de sua tese de doutoramento sobre a Guiana Francesa, redigida na França, em 1967-71.⁽³⁸⁾

29 — Cf. PÉRET, Benjamin. "Que foi o quilombo de Palmares?". Revista Anhembi, São Paulo, abril e maio, 1956; — O quilombo de Palmares. Org., ensaios e comentários de Mário Measiti e Robert Ponag. Porto Alegre: EDURCS, 2002.

30 — Cf. MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Zumbi, 1959.

31 — Cf. STEIN, J. S. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba: Com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961. [Original em inglês 1957]

32 — Cf. COSTA, Emília Viotti de. *Da senzala à colônia*. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

33 — Cf. FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973. [Primeira edição espanhol, 1971]

34 — Cf. SOFRI, Gianni. *Il modo di produzione asiatico*. Torino: Einaudi, 1969; SOFRI, Gianni. *Il modo di produzione asiatico*. Barcelona: Martínez Roca, 1977.

35 — Cf. ASSADOURIAN, C.S. et al. *Modos de produção em América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973; GEBRAN, Phibomena [Org.] *Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; NELLASSOUX, Claude. *L'esclavage en Afrique précoloniale: dix-sept études présentées par*.

Paris: François Maspero, 1975; MIERES, Suzanne & KOPTOT, Igor. *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Wisconsin: University of Wisconsin, 1977; MIERES, Suzanne. *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Lisboa: Seara Nova, 1976.

36 — Cf. GENOVESE, Eugene. *The political economy of slavery*. New York: Pantheon Books, 1965; GENOVESE. *Economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Palas, 1976.

37 — Cf. GENOVESE, Eugene. *Economia política da escravidão*. Ob.cit. p. 20. [Tradução dos franceses]

38 — Cf. CARDOSO, Ciro F.S. *El modo de producción esclavista colonial en América*. Assadaurian et al. C.S. et al. *Modos de producción en América Latina*. Ob.cit.; CARDOSO, Ciro F. *Escravidão ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 31.

Leis Tendenciais da Produção Escravista Colonial

Em *O escravismo colonial*, Jacob Gorenader em-
prende crítica categorial-sistêmica da pro-
dução escravista americana considerada como
modo de produção historicamente novo, devi-
do ao seu caráter predominantemente mercantil, que
extremou qualitativamente determinações secun-
dárias ou pouco desenvolvidas da produção pa-
triarcal e pequeno-mercantil do escravismo
grego-romano.⁽³⁹⁾ Gorenader propõe que a es-
cravidão colonial tenha determinado essencialmen-
te todas as sociedades americanas onde assumiu
papel dominante. Portanto, a fundamentação de
sua investigação no caso brasileiro deve-se tam-
bém ao fato de ter sido ali que a produção
escravista colonial alcançou o mais acabado de-
senvolvimento — longevidade, espaço geográfi-
co, variedade de produtos, número de cativos
importados, influência na formação social, etc.
Ao empreender a análise crítica da literatu-
ra teórica e da historiografia sobre o Brasil es-
cravista, através de rigorosa aplicação do método
marxista, associa criativamente os níveis histó-
rico, lógico e metodológico de análise. Utiliza
como paradigma a apresentação das leis ten-

denciais da produção capitalista, em *O capital*,
por Karl Marx, sem se negar a refutar referên-
cias marxistas ao escravismo moderno conside-
radas incorretas ou pouco desenvolvidas.

Em capítulo dedicado a "reflexões metodoló-
gicas", Gorenader inicia sua tese dissociando-se
da leitura althusseriana da história e do marxis-
mo, então em voga.⁽⁴⁰⁾ Dedicada a "Primeira Par-
te" à definição do escravismo colonial como ca-
tegoria historicamente nova, no contexto da
impulsão do mercado internacional e dos avan-
ços materiais da época — transporte, moedas,
etc. A seguir, apresenta as "categorias funda-
mentais" desse modo de produção, destacando
a "categoria escravidão" e a "forma plantagem
de organização da produção escravista".⁽⁴¹⁾

Na "Segunda Parte", aborda a gênese his-
tórica da formação escravista luso-brasileira,
através da crítica do espaço sócio-geográfico
português, *nativo* e colonial. Portanto, trata-se
de processo de exposição que violenta consci-
entemente a ordem de investigação para em-
prender apresentação que parta do geral, para
o particular, do abstrato para o concreto.

Leis tendenciais

A longa "Terceira Parte" é dedicada à discus-
são das leis "monomodais", exclusivas do
modo de produção escravista colonial, em opo-
sição às leis "plurimodais", comuns a diversos
modos de produção. As leis específicas do
escravismo colonial seriam: lei da renda mone-
tária; lei da inversão inicial da aquisição do tra-
balhador escravizado; leis da rigidez da mão de
obra escravizada; lei da correlação entre econo-
mia mercantil e economia natural na plantagem
escravista e lei da população escravizada.⁽⁴²⁾

Nas quarta, quinta e sexta partes e em
adendo final, discute respectivamente o "regi-
me territorial e renda da terra", as "formas par-
ticulares de escravidão", a "circulação e repro-
dução" no escravismo moderno e "as fazendas

Era antiga na historiografia da escravidão a
discussão sobre o caráter benigno ou despóti-
co do escravismo americano. Durante decênios,
a interpretação *patricarcalista* de Gilberto
Freyre, que retomava interpretações das pró-
prias classes escravistas, fora visão historiográ-
fica semi-oficial no Brasil, tendo sido o brilhante
sociólogo agraciado pelo Estado com fundação
para melhor desenvolver e perpetuar sua visão
pacificadora e consoladora do passado e do
presente brasileiros.⁽⁴³⁾

O geral e o particular

Essa compreensão de Gorenader ressaltava a
impenhosa necessidade da análise dos fenô-
menos sociais e históricos no contexto da tota-
lidade das estruturas e formações sociais em
que se apresentam, para que se desvelem cor-
retamente seus nexos e determinações gerais e
essenciais. Ou seja, a necessidade de não gene-
ralizar o fenômeno histórico particular ou par-
ticularizar o fenômeno geral.

O *escravismo colonial* não constituía
monografia acadêmica isolada, parte de divi-
são e especialização erudita do saber que se
frustra ou se realiza, ao suprir, mais ou menos
plenamente, as exigências de plano semi-anár-
quico do avanço do conhecimento, sempre de-
terminado pelas necessidades objetivas e sub-
jetivas dos interesses sociais hegemônicos. Pla-
no em geral *exterior* ao processo de produção
do investigador e, não raro, mais ou menos à
margem de sua consciência.

A inquirição sociológica de Jacob Gorenader,
em *O escravismo colonial*, desenvolvia-se "na
perspectiva do marxismo crítico e dialético" que
considera, no contexto de sua "autonomia re-
lativa", "o trabalho intelectual" como "dimen-
são das lutas políticas e ideológicas que per-
passam a sociedade capitalista".⁽⁴⁴⁾ Portanto, um

Jacob Gorenader apresenta solução teórica
estrutural para essa questão, ao lembrar que as
características patriarcais, consideradas por
Gilberto Freyre como a essência do escravismo
luso-brasileiro e brasileiro eram, ao contrário,
secundárias, já que se originam sobretudo na
esfera natural de produção, sempre subordina-
da aos ritmos e sentidos da esfera mercantil,
comandada essa última pelas inexoráveis exi-
gências e determinações da produção para o
mercado mundial.

trabalho teórico profundamente influenciado
pela correlação objetiva de forças entre o mun-
do do trabalho e o mundo do capital.

Estritamente, tratava-se de investigação com
o objetivo de estabelecer bases metodológicas
sólidas para a interpretação da moderna forma-
ção social brasileira, para poder transformá-la
em sentido revolucionário. Essa reflexão teve
seguinte desenvolvimento em dois outros estudos
fundamentais, desenvolvidos apenas sob for-
ma de ensaios sintéticos — *Gênese e desenvolvi-
mento do capitalismo no campo brasileiro* e a *Bur-
guesia brasileira*.⁽⁴⁵⁾ Portanto, toda essa reflexão
desenvolveu-se no contexto da 11ª Tese de
Marx, sobre Feuerbach, de 1845, ou seja, para
"interpretar" o mundo social e, assim, ajudar a
"transformá-lo", ao agir no sentido das forças
tendências libertadoras.⁽⁴⁶⁾

Num sentido mais amplo, ao empreender
economia política do modo de produção
escravista colonial, Gorenader contribuiu para a
construção de economia política dos modos de
produção pré-capitalistas, capitalistas e pós-
capitalistas, ao lado de obras como a *Novo eco-
nomia*, do economista soviético *trotskista* E.
Preobrazhensky, de *Mulheres, celeros & capitais*,
de Claude Meillassoux, entre outras.⁽⁴⁷⁾

43 — Cf. MAESTRI, Mário. *Gilberto Freyre: da Casa grande ao Sobrado: gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil*. CADEINOS IJU, ano 2, n. 6, 2004. Instituto Humanitas Unisinos, Unisinos, São Leopoldo, 31 pp.

44 — Cf. TOLEDO, Osvaldo. *O Brasil: gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. GORENADER, Jacob. "A burguesia brasileira". São Paulo: Brasiliense, 1986.

45 — MERKER, Nicolau. [Org.] MARY & ENGELS. 2ª ed. *La concezione materialistica della storia*. Roma: Riuniti, 1988. p. 52.

46 — Cf. PREOBRAZHENSKY, E. [1926]. *La nuova economia*. "Moscú: Era, 1977". MELLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeros & capitais*. Porto: Afrontamento, 1977; DALLA VECCIA, Agostinho Mário. *As nozes e os cães: elementos para uma economia política da forma de produção semi-escravista da criação*. Pelotas: EDUFPEL, 2001.

O escravismo colonial - apogeu e crise

Os importantes sucessos sociais, políticos, culturais e ideológicos gerais ocorridos no Brasil e no mundo em fins da década de 1970 permitiram compreensão mais precisa do sucesso científico e acadêmico de *O escravismo colonial*, no momento de seu lançamento, e durante o decênio seguinte, e a radical reversão de sua *receptividade e legitimidade* acadêmica, nos anos 1990.

Em 1977-8, o Milagre Brasileiro persistia ao passado e a sociedade nacional ingressava na depressão econômica tendencial na qual ainda se mantém. Naquele então, ainda no contexto de afluxo do movimento social mundial, a violência decadência das condições da vida da população, devido à expropriação salarial - inflação e arrocho -, determinada pelo início do pagamento incondicional da dívida financeira, ensejava o renascimento do ativismo sindical, pondo fim ao longo período depressivo que o movimento social ingressara em 1969.

Em 1979, muito duras mobilizações populares na cidade e no campo agitarão o Brasil, assinalando objetivamente o caráter social e político protagonista dos trabalhadores, negado pelo

Hegemonia conservadora

Entretanto, a ofensiva do mundo do trabalho brasileiro, de fins dos anos 1970, sofreu imediatas e múltiplas respostas, de todas as ordens, de parte das forças sociais proprietárias ascendentes e descendentes, que jamais deixaram de manter a hegemonia nacional e internacional. Essas respostas abrangeram igualmente as expressões daquele impulso social no mundo das representações.

Nessa operação destacou-se vasto movimento de deslegitimação científica e acadêmica de *O escravismo colonial*, inicialmente em forma direta e transversal, mais tarde em forma direta e frontal, que se mobilizou para soldar a fraternidade causada pela aparição de obra que colocava o trabalhador e a luta de classe no centro da interpretação da formação social brasileira. A campanha processou-se sobretudo através

cutivamente punido por ter preferido combater militarmente o nazi-fascismo, como praticante, em 1942, e o capitalismo, como militante profissional, após 1945, e ter-se, assim, descurado de formação superior, que lhe teriam garantido as exigências formais para ingressar na Academia ou carreira burocrática respeitadora das instituições e da simbologia do poder.

Finalmente doutor

Nos anos seguintes à publicação de sua tese, para manter-se, Jacob Gorender trabalhou na Abril Cultural, coordenando a coleção "Os Economistas", que apresentou mais de meia centena de autores e vendeu, inicialmente, um milhão e meio de exemplares.⁽⁴⁹⁾ Nessa coleção, publicou uma "Introdução" e uma "Apresentação" a dois volumes de obras de Marx.⁽⁵⁰⁾ Em 1989, escreveu longa "introdução" à *Ideologia alemã*, de Marx e Engels.⁽⁵¹⁾

Apenas em 7 de abril de 1994, dezesseis anos após a publicação de *O escravismo colonial*, Gorender foi agraciado com o título de Doutor *Honoris Causa*, pela Universidade Federal da Bahia, quando da reitoria do dr. Luiz Felipe Perret Serpa, em obediência à resolução do Conselho Universitário de 27 de outubro de 1992.⁽⁵²⁾

Em 1994-6, atuou como professor visitante no Instituto de Estudos Avançados da USP, redigindo o ensaio "Globalização, tecnologia e relações de trabalho".⁽⁵³⁾ Em 29 de agosto de 1996, por proposta do Departamento de História da USP, recebia o título de especialista de

Notório Saber, pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da mesma universidade, o que lhe permitiu participar como examinador de bancas de mestrado e doutorado.

Em 1997, ministrou disciplina em curso de pós-graduação do Departamento de História da mesma instituição - "História e marxismo: a prova prática no século XX (análise científica e aspirações utópicas)". Esse limitado reconhecimento científico institucional muito honra as instituições e os promotores que se desdobram para efetivá-lo.

A exclusão acadêmica obrigou Jacob Gorender a empreender, em forma quase isolada, sem apoio institucional, após suas atividades profissionais, nos momentos roubados ao lazer, a resposta aos variados questionamentos de sua interpretação do passado, produzidos em geral por intelectuais dedicados profissionalmente à produção intelectual, sustentados e apoiados por suas instituições, por bolsistas, por seu orientando, pela grande imprensa nacional e regional, etc.

Escravidão Colonial: Questionamentos

Após a publicação de *O escravismo colonial*, Jacob Gorender interveio sobretudo com dois ensaios - na importante discussão ensejada por sua obra - "O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica", de 1980, e "Questionamentos sobre a teoria econômica do

escravismo colonial", de 1983.⁽⁵⁴⁾ Em 1985, publicou uma quarta edição revista e ampliada de *O escravismo colonial*.

Em 1990, um ano após a consolidação da contra-revolução mundial - Queda do Muro de Berlim -, portanto, em uma conjuntura políti-

49 - Cf. MAESTRI, Entrevista.

50 - GORENDER, Jacob, "Introdução", MARX, Karl, *Para a crítica da economia política, salário, preço e lucro, O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. VII-XXIII.

51 - Cf. GORENDER, Jacob, "Introdução", MARX, Karl, *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. VII-LXXII.

52 - Cf. Diploma expedido em Salvador, 07 de abril de 1994 [xerox].

53 - GORENDER, Jacob, *Globalização, tecnologia e relações de trabalho*. ESTUDOS AVANÇADOS, IEA-USP, São Paulo, 11(29), janeiro-abril de 1997, pp.311-361.

54 - GORENDER, *O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica*. LAPA, José R. de Azeiteiro [Org.], *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980, pp. 43-63.

GORENDER, Jacob, *A escravidão realista*. São Paulo: Atica, 1990.

GORENDER, "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". ESTUDOS ECONÔMICOS, Instituto de Pesquisas Econômicas, IPE, São Paulo, 13 (1), jan.-abril 1983, pp. 7-39.

ca, cultural e ideológica radicalmente adversa, escreveu o livro *A escravidão reabilitada*⁽⁵⁶⁾, revista exaustiva à crítica organizada em torno de *O escravismo colonial*. Em forma geral, essa produção demarcou as diversas fases da poderosa operação revisionista estabelecida em torno de sua tese.

Em 1980, o artigo "O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica"⁽⁵⁶⁾ registrava o impacto de *O escravismo colonial* sobre a comunidade intelectual. Na "Introdução", José Roberto do Amaral Lapa assinala que a coletânea pretendia retomar debate interrompido havia "quinze anos", reunindo os textos "mais representativos" da "interpretação da realidade histórica brasileira através do conceito de modo de produção". Portanto, constituía tentativa de organização da polémica entre interpretações que utilizavam "conceito teórico marxista axial" em forma, no "geral, discordante",

Teoria geral

Em seu texto, Corender empreende a defesa da proposta da construção de uma teoria geral dos modos de produção singulares; reafirma as categorias sociais como expressão da realidade empírica; assinala a dominância da esfera econômica, necessariamente associada à esfera extra-econômica; lembra a necessidade do desenvolvimento de teoria da formação social, em geral, e da formação social capitalista, em especial.

Na terceira parte do texto, retoma a defesa do caráter historicamente novo do modo de produção escravista colonial, em relação à produção escravista patriarcal da Antiguidade, ressaltando sua dependência ao mercado externo não-escravista. Dá seu caráter colonial, "na acepção econômica do termo".

Fenômeno do qual não decorreria — como pretendiam as visões *integracionistas*, entre elas a Teoria da Dependência — a determinação e integração do modo de produção escravista colonial pelos modos de produção dominantes

apesar de "substanciais aproximações" em alguns casos.

Pretendia-se que se desse no "universo conceitual" do "modo de produção" e "formação social", correlacionado com "suas categorias básicas [...] relações de produção, forças produtivas, classes sociais, luta de classes, consciência de classe, etc."⁽⁵⁷⁾

O texto de Corender abre o ensaio, seguido por ensaios de Antônio Barros de Castro, Flamarion Cardoso, Werneck Sodré, Octávio Ianni, Peter Eisenberg e Theo Santiago, apresentados em ordem alfabética.

O organizador lembra a ausência de autores essenciais para a polémica como Caio Prado, Celso Furtado, Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e José de Souza Martins, por motivos "perfeitamente compreensíveis"⁽⁵⁸⁾.

mundialmente. Dedicava a parte final do texto à proposta de um amplo processo de investigação, geral e sistemático, exigido pela caracterização da gênese da produção capitalista no Brasil, não a partir do feudalismo, mas do escravismo colonial, sobretudo após a Abolição, com particularidades no que se refere ao desenvolvimento de quatro grandes regiões: São Paulo, Rio de Janeiro, Sul e Nordeste.

Avança igualmente a defesa da não dominância imediata da produção capitalista "no final e o escravismo e após a Abolição", devido à gênese e à expansão, de "formas camponesas pré-capitalistas combinadas à estrutura da plantagem e do latifúndio pecuário".

Essa interpretação seria apresentada no ensaio "A gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro", transcrição de conferência à 31.ª Reunião Anual da SBPC, em 13 de julho de 1979, em Fortaleza, que conheceu diversas edições.⁽⁵⁹⁾

56 — GORENDER. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. Ob.cit. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Ob.cit.

57 — LAPA. Introdução ao redimensionamento do debate. LAPA. *Modos de produção [...]*. Ob.cit. p. 15.

58 — Id.ib. pp. 10 e 3.

59 — Cf. GORENDER. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; "A gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro" STEDILE, João Pedro [Org.]. "A questão agrária hoje". Porto Alegre: EUDIFRS, 1984. pp. 15-44.

Burguesia conservadora

Da transição da produção escravista colonial, portanto mercantil, apoiada em formas alodiais da propriedade da terra, à produção capitalista, Corender deduz o caráter conservador da burguesia nacional, que jamais encontrou "obstáculo para adquirir a propriedade de terra e teve na especulação fundiária uma das suas fontes de acumulação original do capital". Lembra que ela não aprofundou sua "contradição com os latifundiários", incorporando, ao contrário, "o latifúndio à estrutura do capitalismo no Brasil, onerando", assim, seu "desenvolvimento [...] com o peso exorbitante do preço e da renda da terra [...]".⁽⁶⁰⁾

Quanto à dinâmica social e à transição intermodal, propõe que são "as variações nas forças produtivas (na medida em que progredem ou, mais raramente, na medida em que retrocedem) que estabelecem uma não-correspondência com as relações de produção existente e conduzem, no final de contas, à sua substituição por

outras relações de produção e ao surgimento de um novo modo de produção."⁽⁶¹⁾

Proposta correta do ponto de vista da epistemologia marxista, na medida em que se compreenda o impulso à variação ascendente das relações sociais de produção, sempre no contexto de forças produtivas historicamente das, como determinação da solução da contradição entre produtores diretos e controladores, detentores ou proprietários dos meios de produção. Como em *O escravismo colonial*, nessa apresentação geral e na proposta de investigação sistemática sobre a formação social brasileira não há referência sistemática e explícita à luta de classes como determinação principal do devir social. A abordagem mais sistemática dessa questão pelo autor daria-se em resposta à acusação de ignorar essa instância do devir histórico, lançada por autores em geral defensores da indeterminação objetiva da ação subjetiva das classes sociais.

Refutação sistemática

Salgo engano, no artigo "A economia política, o capitalismo e a escravidão", Antônio Barros de Castro apresentou a primeira tentativa de refutação estrutural da proposta do modo de produção escravista colonial, ao retomar a defesa da singularidade do capitalismo como modo de produção capaz de ser apreendido sob a forma de economia política, pois apenas nele a "lógica econômica" determinaria o social.⁽⁶²⁾

Apoiada em apresentação superficial do feudalismo e do escravismo clássico, a tese de Barros de Castro chocava-se com as determinações econômicas do escravismo colonial, analisadas com maior rigor, paradoxo argumentativo evacuado com a proposta de que "o moderno escravismo" teria "importantes traços em comum com o capitalismo" e "o escravo" constituiria "antecipação do moderno proletário". Essa visão realizava verdadeiro retrocesso analítico, ao retomar o enfoque

da Escola Sociológica Paulista de um "capitalismo escravista" ou de um "escravismo capitalista".⁽⁶³⁾

Portanto, para o autor, o escravizador estaria "submetido a uma engrenagem econômica", enquanto o trabalhador escravizado não teria o "caráter social efetivamente moldado pelo regime de produção". Ou seja, segundo o analista, as condições servis de existência não seriam condicionadas pelas condições de produção. O que ensinaria que pouco importasse ao cativo ser deslocado da cozinha da casa-grande para o eito açucareiro!

Mero "cativo", o trabalhador escravizado seria ajustado, "bem ou mal", "ao aparelho de produção [...] por uma combinação mais ou menos eficaz de violência, agrados, persuasão, etc." Em contexto de "classes explicitamente antagônicas", sobretudo "na passagem do século XVIII para o XIX", quando a produção assumiu ori-

60 — GORENDER. O conceito de modo de produção [...] Ob.cit. p. 64.

61 — Id.ib. p. 52.

62 — CASTRO, Antônio Barros de. *A Economia Política, o Capitalismo e a escravidão*. LAPA. *Modos de produção [...]*. Ob.cit. pp. 67-107.

63 — Id.ib. p. 92.

entação mercantil, as sociedades escravistas avançariam a partir do confronto social expli-

O escravo que negocia

Essa leitura dualista propunha não assentar a devir histórico da escravidão na oposição mas sobretudo na acomodação entre escravizadores e escravizados, já que a orientação social dependeria "da intensidade, direção e êxito da resistência e/ou luta aberta dos escravos, bem como das respostas encontradas pelos proprietários e homens livres em geral, para assimilar, acomodar e abafar a presença hostil e o potencial de rebeldia" servil.⁽⁶⁵⁾

Os atos de "de rebeldia declarada e aberta" seriam "como o vapor que escapa ruidosamente da máquina", "índice de pressão" no interior da sociedade escravista. Conscientes desse fato, os senhores adaptariam-se "social, política e militarmente à convivência" com os cativos, "buscando meios e medidas para atenuar a combatividade, ou desviar" sua "agressividade", ensejando que "o regime social" tenha cedido aos cativos "transformando-se sob o império de sua presença."⁽⁶⁶⁾

O autor conclui propondo investigações sobre fenômenos que não teriam despertado "grande atenção" na historiografia brasileira, como os registrados pela proposta do "Tratado

cito e da consciência dos senhores do perigo das grandes massas servis.⁽⁶⁴⁾

de Paz", dos cativos do "Engenho Santana de Ilhéus", em 1789⁽⁶⁷⁾, a concessão sistemática de glebas servis no Brasil⁽⁶⁸⁾, o aproveitamento das "oportunidades mercantis" pelos trabalhadores escravizados, etc., que constituiriam expressões das lutas servis para "construir um espaço próprio" na escravidão. Segundo ele, a importância desses atos encontraram-se no fato de que não expressariam "apenas o esforço dos escravos no sentido de negar as condições que os oprimem", mas sobretudo o processo de "acomodação" à escravidão que se mobilizaria pela conquista por parte dos cativos do "reconhecimento da sua existência e lugar na sociedade."⁽⁶⁹⁾

Desde esses anos, até hoje, com maior ou menor sucesso, centenas de historiadores esforçaram-se para seguir as recomendações de Barros de Castro sobre a necessidade de assentar a interpretação do devir da sociedade escravista na acomodação ao sistema escravista e não nos ritmos e determinações da produção e da resistência servil. Em 1989, Eduardo Silva e João José Reis tentaram uma sistematização dessa visão em *Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*.⁽⁷⁰⁾

A brecha camponesa

Eisenberg, Manuel Correia de Andrade, entre outros especialista do tema.⁽⁷¹⁾

Esse texto enseja debate historiográfico, articulado em torno da "brecha camponesa" que, devido ao seu caráter paradigmático, será analisado em forma mais sistemática.

Na parte três do ensaio - "Escravidão colonial e economia camponesa" -, Goreneder abor-

64 — Id. ib. p. 94.

65 — Id. ib. p. 105.

66 — Id. ib. p. 96.

67 — Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves' view of slavery*. The Hispanic American Historical Review, Duke University Press, 57(1); fev. 1977.68 — Cf. CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, cap. 4.

69 — Id. ib. p. 100.

70 — Cf. SILVA, Eduardo & REIS, João. *Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.71 — GORENEDER. *Questionamentos* [...], pp. 7-39.

da esse fenômeno na escravidão, apresentado em forma ampla por Flamarion, em 1979, em capítulo do livro *Agricultura, escravidão e capitalismo*.⁽⁷²⁾

Em "A brecha camponesa no sistema escravista", Flamarion retomara a proposta de Tadeusz Lepkowski da "economia independente de subsistência" dos quilombos agrícolas e dos "pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas fazendas, aos escravos não-domésticos", como "atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de *plantation*".

Para o autor, no caso do Brasil, aos quilombos e cativos devia-se agregar os "lavradores arrendatários das 'fazendas obrigadas'" dos en-

Um só modelo

Inicialmente, Flamarion propõe sua visão geral do fenômeno: o domínio das relações escravistas sobre as "atividades camponesas" servis; o objetivo escravista de "minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho" com a concessão; o recuo da agricultura autônoma dos cativos nas "épocas de colheita e elaboração dos produtos"; a importância "econômica e psicologicamente" para o "escravo" a compreensão do escravizador do caráter "revogável" da parcela, "destinada a liberar" o cativo "à fazenda e evitar a fuga".

Após reconhecer a existência "de um só modelo de sistema escravista na América" e propor a abordagem do fenômeno a partir do "conjunto dos casos observados", mesmo reconhecendo que ele "não foi pesquisado igualmente a fundo em todas as regiões escravistas", propõe que "a atribuição aos escravos de parcelas de terra e de tempo para cultivá-las" constituísse "característica universal do escravismo americano" e que o "acesso dos escravos aos meios de produção e ao tempo" tenha tendido "a transformar-se em um direito de fato e, em certos casos, fixados pela lei".⁽⁷³⁾

Essa última proposta apoiava-se substancialmente na concepção do caráter contratual do "escravismo" onde, "como em qualquer regi-

genhos e os "moradores" e os "parceiros". No século XVII, no caso das Antilhas, o mesmo devia-se fazer com os "*indentured servants*" e "*engagés*", que obtinham negas de terras ao terminarem os contratos, mesmo que a expansão da plantagem corresse essa economia camponesa. No ensaio, apenas se refere à agricultura quilombola, centrando a discussão no fenômeno do "protocampesinato escravo", conceito proposto por Sidney Mintz, de quem se dissocia no que se refere à dissolução das categorias "escravo" e "modo de produção escravista", já que defende que o cativo poderia ser *escravo* e *camponês*, ao viver, em forma alternada, as duas "relações de produção".

me econômico-social, se estabelece entre a classe dominante e a classe explorada um acordo contratual — legal ou consuetudinário — que garante para a classe dominada, pelo menos de fato, certos direitos cuja infração traz consigo o perigo de alguma forma de rebelião".⁽⁷⁴⁾

As decorrências da proposta de "brecha camponesa" na escravidão americana eram claras. Propunha-se a existência de relações de produção camponesas sistêmicas, isto é, necessárias e universais, no interior do escravismo colonial, determinando, corroendo e dissolvendo esse modo de produção. A apresentação da documentação probatória das proposições avançadas inicia-se pelo reconhecimento de que, no Brasil, "a pouca atenção prestada [...] pelos historiadores à 'brecha camponesa' parecia indicar certo ceticismo relativo à sua importância".⁽⁷⁵⁾

Entretanto, apesar dessa constatação objetiva, o autor não retém a possibilidade de a "escassa 'atenção' nascer de escassa importância do fenômeno ou de suas decorrências diretas e indiretas no escravismo brasileiro. Ao contrário, antepõe-se, simplesmente, crença otimista ao "ceticismo" geral: "Acreditamos que, ao desenvolver-se, o estudo [...] revelará o grande peso do que chamamos aqui a 'brecha campo-

72 — CARDOSO, Ciro F. *A brecha camponesa no sistema escravista - Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, pp. 133-54. 72 —

73 — Id. ib. p. 138.

74 — Id. ib. p. 137.

75 — Id. ib. p. 138.

nessa [...]”⁽⁷⁶⁾ Confiança desmentida pelos estudos historiográficos especializados das duas

Documentação sumária

A sumária documentação probatória apresentada sobre o Brasil reduz-se a pouco mais do que referências a André João Antonil, Jorge Bencil, Luís dos Santos Vilhena e a estudo de Stuart Schwartz, o mesmo ocorrendo para o sul dos USA, onde se afirma que “estava bem assentado” o “hábito de conceder aos escravos lotes de terra em usufruto e o tempo para trabalhá-los” e que existiram “alguns indícios de que a posse sobre a parcela e a garantia do trabalho livre eram direitos amplamente reconhecidos [...]”.

A abordagem do fenômeno nas Guianas francesa e inglesa e nas Antilhas, feita a partir de informação relativamente mais rica, assinala a existência de dois lotes servis, um perto da cabana, o outro em geral em terreno montanhoso, mais afastado. Registra-se igualmente o movimento dos cativos, em algumas regiões, quando da abolição da escravatura, pela compra-aluguel dos lotes servis. Referências esparsas são apresentadas para a Venezuela, Cuba, Porto Rico, etc.

A partir da comprovação da existência quanto muito lacunar e desigual desse fenômeno na América escravista, conclui-se afirmando a uni-

Pequenos banqueiros

Na “Guiana Francesa”, os cativos “monopolizavam quase totalmente o mercado interno de *cassave* (preparação da mandioca) e aves, tendo em seu poder grande parte da moeda que circulava na colônia”. Na Jamaica, os cativos teriam chegado a “possuir 20% da moeda em circulação, e a legar, em seus testamentos informais, até duzentas libras esterlinas!”⁽⁷⁷⁾ Após reafirmar que “em todas as colônias a inserção dos escravos nos circuitos mercantis era seme-

últimas décadas que reafirmaram o caráter regional e não estrutural do fenômeno no Brasil.

Documentação sumária

versalidade do fenômeno e, paradoxalmente, desautorizando relativamente seu caráter sistêmico: “[...] em todas as colônias ou regiões escravista — embora em **proporção variável** — muitos dos escravos dispunham de lotes em usufruto e do tempo para cultivá-los [...]”⁽⁷⁸⁾

Nas páginas finais do ensaio, Flammarion apresenta otimista avaliação de corte impressionista da produtividade da produção da agricultura autônoma servil, sobre a qual não se tenta estimativa concreta. Em “Saint-Domingue” [Haiti], “na horta próxima” à “cabana, plantavam árvores frutíferas e legumes, além de criar galinhas e ocasionalmente também perus, porcos e cabras. Nos terrenos comuns, plantavam bananas, milho, raízes (mandioca, batata-doce, inhame, etc.)”.

A avaliação positiva é estendida também ao seu caráter e rentabilidade mercantil. Propõe-se que na Jamaica “os escravos também cultivavam, por sua conta, café, gengibre e alguns produtos menores de exportação” que, na Venezuela, além de produtos de subsistência, os cativos “preferiam” plantar “cacaú”, constituindo verdadeiras “pequenas fazendas — *haciendillas* — dentro da fazenda maior”⁽⁷⁹⁾

lhante”, propõe-se como “finalidade primordial” dessa produção “obter suplementos de alimentação e vestimenta de melhor qualidade (incluindo jóias [sic] e sapatos), tabaco e bebidas”⁽⁸⁰⁾

Uma realidade que se estende ao Brasil, ao aceitar-se sem retenção a proposta de Stuart Schwartz de que os trabalhadores escravizados do engenho de Santana “eram capazes de produzir um excedente comercializável” e “participar diretamente na economia de mercado [sic]

e acumular capital [sic]!” Produção servil que eventualmente negaria a proposta historio-gráfica da inexistência de um verdadeiro “mercado interno” colonial apontando em direção do “desenvolvimento industrial”⁽⁸¹⁾

Na “conclusão”, propõe-se retenção nas conclusões sobre o fenômeno totalmente ausente no

Crítica metodológica

Inicialmente, em “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”, Jacob Gorender propõe que Flammarion aborde aquela questão “sem recorrer às categorias de *formação social* e de *modo de produção*”. Ou seja, que assimile modos de produções diversos, dominantes e dominados, coexistentes em uma mesma formação social. Lembra que nas formações sociais escravistas da Antiguidade e dos Tempos Modernos, ao lado do modo de produção escravista dominante, subsistiram “vários tipos de atividade camponesa”, “dependentes ou não”.

Assinala que definira em *O escravismo colonial* a existência de “*modo de produção dos pequenos cultivadores não-escravistas*”, “secundário na formação social escravista”, “no qual se agrupavam os situantes minifundiários, os posseiros e os agregados ou moradores”. Esses trabalhadores ficariam excluídos “de todo” na “consideração da chamada ‘brecha camponesa’”.⁽⁸²⁾ Quanto aos “lavradores, proprietários ou arrendatários, que se incumbiam de plantar cana-de-açúcar para fornecê-la a engenhos alheios”, “eram escravistas, e até grandes escravistas”, “organicamente integrados no modo de produção escravista colonial”.

Quanto aos quilombos, assinala que se situavam “fora” do âmbito do escravismo colonial, apesar de eventualmente manterem “vínculos de

corpo do texto: em geral, as parcelas “não chegavam a garantir a totalidade” da subsistência servil; muitas vezes prevalecia “a forma extrema da lógica” plantacionista; “nem todos os cativos beneficiaram com o sistema”; nem todos os cativos tinham energia ou disposição para empregar suas poucas horas de repouso nessa atividade.

intercâmbio” com ele. Não introduzindo “qualquer alteração no modo de produção escravista colonial em si mesmo”, os quilombos não eram, consequentemente, “argumento em favor da suposta ‘brecha camponesa’”.⁽⁸³⁾ Portanto, “as formas camponesas não” representariam “*brecha* alguma no modo de produção escravista dominante, seja patriarcal como colonial, *uma vez que não faziam parte de sua estrutura*”⁽⁸⁴⁾

Ao contrário, “o cultivo autônomo de lotes de terra pelos escravos dentro do âmbito da ‘plantagem’ constituía fenômeno da ‘estrutura do modo de produção escravista colonial’ sujeito à necessária análise. Sobre essa realidade, Gorender afirma: “Cardoso resume as referências da bibliografia secundária sobre o assunto e conclui que se tratou de prática generalizada nas diversas regiões do escravismo americano”, “com diferença de amplitude para cada região”.

Para Gorender, esse “cultivo de gêneros”, “atividades de coletoras”, “criação de pequenos animais”, etc., para auto-consumo” ou, eventualmente, para a venda, teriam sido reduzidas nos USA, “pois as plantagens mantinham cultivos próprios a fim de alimentar” os cativos, e “maior desenvolvimento” no Caribe, onde se registraria “apreciável participação comercial dos próprios escravos com a venda de seus produtos e um grau de estabilidade no usufruto dos lotes, que permitia mesmo legá-los”.

Debate antigo

res e sociólogos abordaram, conquanto, em certos casos, apenas de passagem” a questão. As-

Gorender lembra que ao contrário do proposto por Flammarion, vários “historiados

76 — *Id. ib.*, p. 139.77 — *Id. ib.*, p. 145. Destacamos.78 — *Id. ib.*, p. 146.79 — *Id. ib.*, p. 146.80 — *Id. ib.*, p. 147.81 — *Id. ib.*, p. 148.

82 —

83 — *Id. ib.*, p. 19.84 — *Id. ib.*, p. 18.

americano "devia prevalecer, em proporção esmagadora, a massa de escravos agrícolas condenada à impiedosa exploração e sem outra perspectiva que não a morte na escravidão".⁽⁹¹⁾

Quinta edição

ência, "nos últimos vinte anos", "das correntes historiográficas estadunidenses no Brasil", com destaque para a interpretação do neopatriarcalismo representada pelo "ex-marxista" Eugene Genovese que, inspirando-se em "Gilberto Freyre", apresentava "os escravos americanos como a classe trabalhadora melhor tratada do mundo, do ponto de vista material, em sua época". Sobre o livro *Sobrados e mucumbos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano, publicado em 1936, Freyre empreende verdadeira apologia das condições de vida dos trabalhadores escravizados do Nordeste, transformando a Abolição em verdadeiro drama social para os trabalhadores escravizados.⁽⁹⁴⁾

Nesse cenário historiográfico nacional onde dominava a "revivência da influência de Gilberto Freyre", sobretudo através da historiografia estadunidense, propunha que não "seria de estranhar que chegássemos ao centenário da Abolição" "com uma reabilitação também do escravismo brasileiro". Tese que seria desenvolvida, em forma sistemática, em 1990, em *A escravidão reabilitada*, que teve influência marcante na intervenção de Gorender na discussão do escravismo, como veremos oportunamente.

A brecha camponesa

No livro, descreveu a crítica como etivada de "erros" historiográfico e produto de "visão monolítica" e "classificatória" da história, "à maneira dos velhos manuais do marxismo". Como assinalado, Gorender traduzira manuais da Academia de Ciência da URSS nos anos 1960.⁽⁹⁶⁾

Escrito por um dos primeiros e mais brilhantes

teorizador do trabalho escravizado, comum na Antiguidade europeia, fora tardio e limitado no escravismo brasileiro. Rejeitando as visões genéticas da escravidão, assinala que no escravismo

Como assinalado, em 1985, nove anos após ter concluído a redação de sua tese, Jacob Gorender revisou e ampliou, "em cerca de dez por cento", o texto original quando da quarta edição de *O escravismo colonial*, que se tornaria sua segunda e definitiva versão. Em depoimento a José Tadeu Arantes, que o entrevistara, em 1978, para o semanário *Movimento*, após o lançamento de *O escravismo colonial*, assinalou que a revisão realfirmava a "estrutura" e as "teses" essenciais da obra através de "fundamentação mais profunda, mais flexível e mais ricas de várias" de suas "teses".⁽⁹²⁾

No "Prefácio à quarta edição", enfatiza igualmente que as "modificações introduzidas" mantinham e reforçavam "em conjunto todas e cada uma das teses da primeira edição". Os temas ampliados foram "trabalho escravo e alto custo de vigilância", "plantagem escravista e progresso técnico", "características do tráfico africano", "escravismo patriarcal e antigo", "a lei da população escrava", "a alforria", o "tratamento dos escravos", "lavradores e evolução da renda da terra", "a escravidão em Minas Gerais", "escravidão e industrialização", "os pequenos escravistas", a "escravidão no setor cafeeiro".⁽⁹³⁾

Na entrevista, Gorender referiu-se à influ-

Em 1987, *Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*, Ciro Flamaron Cardoso retomou o debate sobre a proposta de brecha camponesa, em resposta extremamente ácida à refutação de Gorender, de quatro anos antes, em "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial".⁽⁹⁵⁾

91 — Id. ib. p. 224, 226.

92 — ARANTES, José Tadeu. "O escravismo colonial revisado" [Entrevista a Jacob Gorender]. LEIA, dezembro de 1985. p. 22-3.

93 — GORENDER, Jacob. "Prefácio à quarta edição". *O escravismo colonial*, 5ª ed. ver. e ampliada. Ob. cit. p. IX-X.

94 — FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucumbos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 405 pp.

95 — GORENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". Ob. cit. p. 111; 97 — Id. ib. pp. 97, 109; 98 — Id. ib. p. 63; 99 — Id. ib. p. 64; 100 — Id. ib. p. 65

Em 1996, João José Reis confirmaria a proposta de Gorender. Para o conhecido historiador baiano, "no Brasil o sistema [brasileiro] aparentemente não foi assim tão difundido [...]". Nos engenhos açucareiros, após o grande "boom" do produto, escravistas teriam passado a alimentar os trabalhadores. Reis lembra: "Um estudo recente de B. Barrickman conclui que, entre 1780 e 1860, nos engenhos a alimentação escrava ficava principalmente por conta do senhor".⁽⁸⁷⁾

A prática da plantação de gêneros alimentícios ou, até mesmo, comerciáveis, em pequenas parcelas, nos "domingos e dias santos de guarda", teria sido maior nas plantagens de algodão e café, possivelmente devido a menores exigências do "processo produtivo" nessas explorações, em relação ao açúcar. Sobre o café, lembra estar documentado "a alimantação" servil, "no fundamental, pelas plantações e criações dos próprios fazendeiros", contribuindo a exploração dominical de lotes com "recursos acessórios" aos cativos.

Direito ao descanso

entre o trabalho para o senhor, na reserva senhorial, e do servo para si, na gleba que detinha. "A concessão de um lote ao escravo não passou de uma forma variante, *inessencial e condicional*, do segmento de economia natural, podendo inexistir ou ocupando apenas uma parte desse segmento".⁽⁸⁸⁾

Mesmo aceitando que os cativos esforçavam-se para ampliar o "espaço de autonomia que o usufruto do pequeno lote lhes concedia", Gorender ressalva o grau elevado de exploração do cativo na produção de açúcar, na América escravista, com jornadas infernais de trabalho que ensejavam uma "extrema estreiteza e a precariedade do cultivo autônomo do escravo".⁽⁸⁹⁾

Lembra que o direito à formação de pecúlio

sinala que tratara igualmente em *O escravismo colonial* o fenômeno, a partir de uma dezena de fontes primárias e quase o mesmo número de estudiosos. Em 1978, naquela obra, refutara amplamente a tendência a universalizar e a superestimar a produtividade das roças servis e, sobretudo, a proposta de Passos Guimarães, dos anos 1960, em *Quatro séculos de latifúndio*, do trabalho escravizado ser em parte escravo e em parte servo-camponês, devido ao controle de glebas servis. Aquele autor defendera também a extensão da concessão de terras ao cativo.⁽⁸⁵⁾

Gorender resenha a seguir a visão apresentada em *O escravismo colonial* sobre a questão. A prática teria sido transportada pelos portugueses da ilha de São Tomé, nas costas da África, no século XV, para o Brasil, sendo aplicado em forma "extremamente irregular na área da produção açucareira". Engenhos não concediam lotes e outros avançavam no tempo livre dos cativos durante a safra, "quando as jornadas de trabalho podiam prolongar-se até dezoito horas e os dias de descanso eram muito espaçados".⁽⁸⁶⁾

Sobre a origem última da prática, Gorender aceita que pode ter sido iniciativa dos cativos, mas assinala que sua introdução constituiu um retrocesso em relação à conquista da "dispensa do trabalho nos dias feriados, durante o escravismo antigo", favorável ao senhor, uma vez que obrigava o escravo a trabalhar mesmo no dia consagrado ao descanso a fim de suprir uma parte do produto necessário à auto-subsistência, elevando o "grau de exploração do trabalho escravo".⁽⁸⁸⁾

Fenômeno que determinava o entrosamento orgânico dessa prática "na estrutura do modo de produção escravista colonial, não se tratava de dois sistemas, porém de um único". Uma integração semelhante a existente no feudalismo

85 — GORENDER, *O escravismo colonial*, 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 263.

86 — Id. "Questionamentos [...]", p. 20. REIS, João José. "Escravos e coléiros no quilombo do Oitzeiro: Bahia, 1806". In REIS & GOMES. [Org.] *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 336.

87 — REIS, João José. "Escravos e coléiros no quilombo do Oitzeiro: Bahia, 1806". In REIS & GOMES. [Org.] *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 336.

88 — Id. ib. p. 21.

89 — Id. ib. p. 23.

tes defensores da categoria *escravidão colonial*, a resposta de Flamarion obteve grande repercussão acadêmica. O breve ensaio *Escravo ou camponês?* divide-se em três partes. Na primeira, desenvolve-se proposta de apresentação, explicação e correção de sua leitura sobre o escravismo americano. Nas duas seguintes, empreende-se defesa geral da proposta da *brechia camponesa* como fenômeno "estrutural", de *orientação mercantil*, no Brasil e na América escravistas.⁽⁹⁷⁾

Para tal, apresentam-se incidências da "brechia camponesa" no sul dos USA, no Caribe britânico, francês e espanhol, apoiado sobretudo em relato de viajantes, tratadistas coloniais e trabalhos historiográficos isolados, o que facilita a descrição de paisagens otimistas sobre aquele fenômeno e as condições de existência servil.

No relativo à Carolina do Norte, o autor escreve: "Além do que produzissem em suas parcelas, os escravos recebiam abundantes rações de alimentos, provenientes da produção da própria *plantation* pertencentes a Pettigrez: peixe, carne, arroz, milho, farinha de trigo, eventual-

mente frutas." * Sobre a Virgínia: "Muitos [...] evitavam tal trabalho extra e viviam só das rações. Estas eram tão abundantes que os negros negociavam com partes delas, comprando aos domingos, a brancos pobres da redondeza, uísque que consumiam às escondidas [...]."⁽⁹⁸⁾

A situação no sul algodoeiro seria a mesma: "[...] também lá os negros eram bem alimentados, além de possuírem parcelas, galinhas e chiqueiros, cujas produções vendiam (comprando, entre outras coisas, farinha de trigo), além de venderem o produto da caça."⁽¹⁰⁰⁾

No mesmo sentido, supervaloriza-se a produtividade e a orientação mercantil da "economia autônoma" dos trabalhadores escravizados, sem apoio de documentação conclusiva: "O produzido nas parcelas (às vezes incluindo algodão), criando animais e em atividade extrativista, era, normalmente, vendido: com o dinheiro obtido, os escravos compravam roupas, fumo tecidos e outros objetos (jóias [sic], brinquedos para as crianças, anzóis, utensílios de cozinha, etc.)."⁽¹⁰¹⁾

Lotes minúsculos

Cenário que contradita com o reconhecimentado de que os lotes eventualmente concedidos aos cativos eram minúsculos - "não eram grandes" -, possuindo, habitualmente, no Caribe francês dois ares *per capita*. Ou seja, quarenta metros quadrados! No Caribe britânico, o terreno podia ser de 25 a 30 pés quadrados: uns oitenta metros quadrados!⁽¹⁰²⁾

A limitada extensão de terra, os rústicos instrumentos de trabalho e o pouco tempo *livre* que gozavam os cativos delimitavam materialmente a "produção" possível dessas glebas. O que recomenda retenção no que se refere a generalizações de casos exemplares de cativos, para que não distorçam a descrição essencial do fenômeno em discussão. Entretanto, o autor não opta pela retenção, em sua interpretação.

Em *Escravo ou camponês?*, citam-se trabalhadores escravizados que legaram "até duzentas

virgula substituta da preposição aditiva "e", ali onde devia de rigor usar-se a conjunção alternativa "ou". "Os cativos plantavam em seus lotes mandioca, bananas, batatas, inhames, legumes diversos, árvores frutíferas. Criavam galinha, coelhos, porcos, ovelhas, às vezes mesmo vacas e cavalos [...]. Também praticavam o artesanato, cortavam madeira e fabricavam carvão, coletando o forragem para vender, pescavam, etc."⁽¹⁰⁵⁾

Sem avançar

A réplica de Flamarion limita-se a reafirmação e radicalização do proposto, sem refutação dos questionamentos metodológicos apresentados por Gorender. Não há também ampliação sistemática do material empírico apresentado. Boa parte da documentação na qual se apoiara fora já utilizada e citada por Jacob Gorender em *Escravidão colonial*.

No relativo ao Brasil, os poucos casos registrados de concessão de negas de terras referem-se sobretudo à economia açucareira e à propriedades rurais de ordens religiosas.

Mais comumente, eles reafirmam o caráter aleatório e não sistêmico da prática. Em 1700, Jorge Benci registra que "alguns senhores" davam "um dia" aos cativos para produzirem mantimentos. Em 1711, Antonil afirmava também que "alguns senhores" costumavam conceder "um dia em cada semana para plantarem para si". No final do século 18, Vilhena reafirma o caráter não orgânico da prática e, em meados do século seguinte, em Vassouras, fazendeiros "recomendavam" a sua adoção como forma de diminuir a resistência servil.⁽¹⁰⁷⁾

No relativo ao Brasil, não se empreende a super-estimação da produtividade dessas par-

Generalização do singular

Portanto, baseado em documentação lacunar que não raro infirma o proposto, sem discutir as refutações metodológicas apresentadas,

Paradoxalmente, após as longas apresentações otimistas, lembra-se que "Tomich chama a atenção, sensatamente, para o perigo do exagero: eram poucos os escravos realmente prósperos; havia muitos vivendo na penúria mais extrema; existiam, ainda, aqueles que recusavam a continuar trabalhando nas horas e dias livres, ou não agüentando fazê-lo, preferindo receber rações dos senhores."⁽¹⁰⁶⁾

celas realizada para os Estados Unidos e o Caribe. Porém, como assinalado, aceita-se acriticamente a proposta de Schwartz de que os cativos do engenho de Santana "eram capazes de produzir um excedente comercializável" e "participar diretamente na economia de mercado [sic] e acumular capital [sic]!"

Proposta que não compreende a economia servil como miserável poupança monetária, capaz, no melhor dos casos, de, após décadas, viabilizar a alforria de um produtor envelhecido, como registra *ad nauseam* a documentação, mas sugere, ao contrário, uma dinâmica econômica que ensinaria verdadeiro "mercado interno" e apontaria, quem sabe, em direção do "desenvolvimento industrial", através da produção de "capital", como já assimalado!⁽¹⁰⁸⁾

Em alguns casos, ao contrário do defendido, a documentação apresentada aponta para a prática extraordinária daquele hábito. Como é o caso do estudo da escravidão em Goiás, em que Eurípides Funes encontrou registro documental de roças de cativos em menos de dez por cento das propriedades registradas! Ou seja: mais de noventa por cento poderiam não cometer esse fenômeno.⁽¹⁰⁹⁾

propõe-se que o fenômeno teria se convertido "em costume cada vez mais arraigado e difundido", "indispensável" ao escravismo brasileiro.

105 — Id. ib. p. 83 [destacamos].

106 — Id. ib. p. 84.

107 — CARDOSO, Escravo [...], Ob. cit. p.

108 — Id. ib. p. 109.

109 — Id. ib. p. 102.

101 — Id. ib. p. 66.

102 — Id. ib. p. 69.

103 — Id. ib. p. 75, 81.

104 — Id. ib. p. 84.

ro. Em inversão arbitrária da realidade objetivava, afirma-se terem sido "casos individuais" e "conjunturas variáveis" aqueles nos quais "certos senhores puderam preferir e impor o sistema de rações".⁽¹¹⁰⁾

Flammarion e, salvo engano, nenhum autor que defendeu na época a alta produtividade, o caráter mercantil e a generalização da *brecha camponeira* no Brasil tentou responder sistematicamente as questões incontornáveis decorrentes da proposição. Entre elas, por que os escravizadores não distribuíram as terras entre os trabalhadores escravizados e limitaram-se à cobrança de renda, repetindo nas Américas a transição do escravismo ao feudalismo, através do colonato, já que era tão elevada a produção desses "pedacinhos de terra" explorados com instrumentos rústicos e escasso gasto de tempo?

Transição que seria também aconselhada reforçada pelo fato de que essas práticas contribuíam para a *paz na senzala*, reduziram os gastos marginais de segurança, poriam fim à hemorragia de recursos exigida pela renovação das escravarias dizimadas na produção, através do tráfico. Como se sabe, o camponês, com alguma terra e autonomia, pare filhos como coelhos! Finalmente, se, nas últimas décadas da escravização, a concessão de parcelas

Ninguém é inocente

Como sugere o título, *A escravização reabilitada*, de 1990, constituiu duríssima resposta às críticas contra a interpretação escravista colonial do passado brasileiro que alcançavam então verdadeiro apogeu, caracterizadas explicitamente como "reabilitação" da escravização e refinamento das teses patriarcalistas de Gilberto Freyre. Partindo do princípio que o "trabalho historiográfico nunca é inocente", o autor apontou as raízes ideológico-sociais profundas das obras que analisa, caracterizando o forte viés social-democrata do revisionismo historiográfico sobre a escravização então em curso: "[...] se foi possível e viável a conciliação de classes

mundo do trabalho diante das forças do capital, no qual vivemos até hoje.

A crítica de *A escravização reabilitada*, apresentada com nuances formais em momento em que se aprofundava abismalmente o domínio das forças sociais nacionais e internacionais que apoiavam as tendências irracionalistas nas ciências sociais, ensejou a formação de ampla e sólida frente de oposição acadêmica contra o autor e sua interpretação, num momento em que se vivia refluxo quantitativo e qualitativo das pesquisas historiográficas nacionais sobre

Complô escravista

Na resenha, Gorenader é acusado da mesma alienista, de Machado de Assis "que com suas experiências científicas lançou o terror entre os habitantes da vila de Itaguaí". Apenas no presente caso, as vítimas seriam os "historiadores que se atreveram a escrever sobre a história da escravização e da abolição", contra os quais o autor utilizaria o mesmo método "abrangente e aterrador" do alienista-alienado.

A escravização reabilitada seria produto da mente de um autor que se tomava por "vítima de um complô urdido nas hostes revisionistas". Gorenader não teria autoridade científica e ética, já que "nunca" teria feito "uma pesquisa histórica prolongada nos arquivos da escravização brasileira - limitou-se, até hoje, a ler alguns documentos [sic] impressos e livros de viajantes". Seguindo no mesmo sentido, Gorenader é acusada historiográfica no truque e na pilhagem.

Praticamente limitando sua referência ao livro resenhado ao "sic" posposto após o título, Chalhoub conclui o arazoado retomando a crítica de Gorenader defender em *O escravismo colonial* a visão do "escravo-coisa" - "representação acadêmica segundo a qual os escravos só conseguiam pensar o mundo, e atuar sobre ele, a partir dos significados sociais impostos pelos senhores" -, deixando-se assim "seduzir" "completamente pela lógica dos escravocratas". Ou

sobre o mundo social, em geral, e sobre a escravização, em particular.⁽¹¹⁴⁾

A "resenha" de Sidney Chalhoub *A escravização reabilitada* é exemplo paradigmático desse movimento. O autor procura *depurar* o debate sobre o escravismo de qualquer sentido político e ideológico, tornando-o mero tema acadêmico, despidido de transcendência epistemológica e social. Nesse sentido, registra não compreender "o porquê" da "história da escravização" ser para Gorenader "uma questão e importância tão transcendental".

seja, além de maluco, seria negroiro! No longo e árido contexto social caracterizado pelas propostas de fim da *história*, encerraram-se praticamente as discussões sobre a multiplicidade de modos de produção, já que a própria proposta de compreensão tendencial do passado foi anatematizada como, no mínimo, visão ideológica de uma prática historiográfica dirigida para campos mais gentis e menos tenhos, como a história da vida privada, da cultural, das mentalidades, das festas, dos sentimentos, dos costumes, dos hábitos, do sexo como desvio, etc., sobretudo das elites do passado e do presente.

Na década seguinte, reduzido a um mero campo de estudo dos fenômenos singulares da formação social brasileira, desconectado de interpretação totalizante dos fenômenos em discussão, a historiografia da escravização dedicou-se sobremaneira à análise das propostas dos pactos e consensos entre cativos e seus escravizadores e da defesa da existência sistêmica da família escravizada no Brasil, as últimas estratégias de reconstituição do consenso estrutural da escravização proposto pelos escravistas, quando da escravização, e pelos intelectuais orgânicos das elites brasileiras, após a Abolição.

Nos anos noventa, comumente, as bibliografias de dissertações e teses sobre a escravização brasileira não mais arrolaram *O escravismo colo-*

110 — Id. ib. p. 110.

111 — Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1975.

112 — GORENADER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4.ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1985. p. 258-9; 254-64; 283.

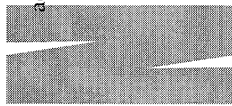
113 — Cf. GORENADER, Jacob. *A escravização reabilitada*. Ob. cit. p. 43.

114 — Cf. CHALHOUB, S. Gorenader põe etiquetas nos historiadores. *Jornal Folha de São Paulo*, 24 nov. 1990; GORENADER, J. Como era bom ser escravo no Brasil. *Folha de São Paulo*. (réplica), 15/12/90; LARA, S. Gorenader escraviza a História. *Folha de São Paulo* (tréplica), Caderno Letras, jan. 1991.

Nos anos de 1990, a Argentina começou a ser conhecida no mundo por uma palavra diferente das corriqueiras "tango" ou "Maradona". A palavra "piqueteros", que denomina os movimentos de trabalhadores desempregados, atingiu uma identidade finalmente internacional quando em 19 e 20 de dezembro de 2001 aconteceu o "Argentinazo", a grande rebelião que provocou a queda do presidente Fernando de la Rúa e abriu uma crise do regime político e de suas instituições, principiando também uma nova etapa política no país.

Os movimentos piqueteiros e o "Argentinazo"

Situação, problemas e debates de um movimento social do século XXI



aqueles momentos, os olhares da América Latina e do mundo inteiro voltaram-se para a Argentina. Ambos, o Argentino e os piqueteros, foram produtos, por uma parte, de uma catástrofe econômico-social, e por outra parte, da resposta de mobilização que deram os setores mais gravemente prejudicados.

Embora, como explicaremos, ambos refletem combinações peculiares da formação econômico-social da Argentina e das tradições de organização e de luta dos setores sociais envolvidos, também expressaram e expressam situações comuns da América Latina e dos países da periferia. Nessa margem habita 85% da humanidade. Porém, não somente ela recebe apenas virte por

Roberto Ramírez

(Tradução de Adrián Pablo Fanjul)

Roberto Ramírez é editor da revista Socialismo o Barbarie (www.socialismo-o-barbarie.org) e militante do Movimento al Socialismo - Argentina.

◆ mundo das representações dominantes ocorrida no já distante ano de 1978.

Algumas obras de Jacob Goerender

GORENDER, Jacob. "Correntes sociológicas no Brasil". ESTUDOS SOCIAIS, n. 3-4, Rio de Janeiro, 1958.

GORENDER, Jacob. "A questão Hegel". ESTUDOS SOCIAIS, n. 8, Rio de Janeiro, 1960.

GORENDER, Jacob. "Contradições do desenvolvimento econômico no Brasil". PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO, n. 2, Rio de Janeiro, 1963.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GORENDER, Jacob. "Introdução". MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. pp. VII-XXIII.

GORENDER, Jacob. "Apresentação". MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. pp. VII-LXXXII.

GORENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". ESTUDOS ECONÔMICOS, IPE, São Paulo, 13(1), jan.-abril 1983.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1985.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GORENDER, Jacob. "Introdução. O nascimento do materialismo histórico". MARX & ENGELS. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.

GORENDER, Jacob. "Fim do milênio ou fim da história". LPM - Revista de História. Anais do VII Encontro Regional da ANPUH-MG. Minas Gerais, 1991, 1 (2).

GORENDER, Jacob. "La América portuguesa y el esclavismo colonial". BONILLA, Heracleio. [Org.] *Los conquistados*. 1492 y la población indígena social. São Paulo: Xamã, 2003. pp.130-149.

Outras obras não citadas de Jacob Goerender:

GORENDER, Jacob. "Notas sobre uma questão de ética intelectual". ESTUDOS ECONÔMICOS. São Paulo, IPE-USP, 1984. 2 (14)

GORENDER, Jacob. "A participação do Brasil na II Guerra Mundial e suas consequências". SZMRECSANYI, T. & GRANZIERA, R.B. [Org.] *Genialio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: UNICAMP, 1986.

GORENDER, Jacob. "A revolução burguesa e os comunistas." D'INCAO, M.A. [Org.] *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed UNESP-PAZ e Terra, 1987.

GORENDER, Jacob. "Coerção e avanço na política". ESTUDOS ECONÔMICOS. São Paulo, IEA-USP, 1988. 3 (2)

GORENDER, Jacob. "A face escrava da corte imperial brasileira". Azevedo, P.C. & LISSOVSKY, M. [Org.] *Escravos brasileiros: do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo: Ex Libris, 1988. pp. xxxi-xxxvi.

GORENDER, Jacob. "Do pecado original ao desastre de 1964." D'INCAO, M.A. [Org.] *História e ideais: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: EdUNESP-Brasiliense, 1989.

GORENDER, Jacob. "Crise morta ou reconstrução?" TEORIA & DEBATE. São Paulo, 1989. 8.

GORENDER, Jacob. "Teoria econômica e política revolucionária no marxismo russo". BUKHARIN. *Economia*. São Paulo: Ática, 1990. [Coord. Fl. Fernandes.]

GORENDER, Jacob. "Fim do milênio ou fim da história". LPM - Revista de História. Anais do VII Encontro Regional da ANPUH-MG. Minas Gerais, 1991, 1 (2).

GORENDER, Jacob. "La América portuguesa y el esclavismo colonial". BONILLA, Heracleio. [Org.] *Los conquistados*. 1492 y la población indígena social. São Paulo: Xamã, 2003. pp.130-149.